MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O DEBATE ACERCA DO ESTADO E SUA 'INTERNACIONALIZAÇÃO': CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA E DO MARXISMO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA SAGGIORO GARCIA
Professora Adjunta em Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI)

RESUMO: O artigo objetiva apresentar o marxismo como teoria das Relações Internacionais. Para isso, trazemos algumas das premissas básicas e aspectos metodológicos relevantes da leitura de Marx. Logo, fazemos um breve balanço do amplo debate sobre a natureza do Estado e as relações de classes. Para isso, nos baseamos em dois expoentes clássicos do marxismo no século XX, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Por fim, procuramos apresentar os reflexos da metodologia marxiana e do debate sobre a relação entre Estado e classes sociais, e Estado e sociedade civil, para as formulações teóricas das Relações Internacionais, trazendo as ideias centrais de dois de seus expoentes, Robert W. Cox e Leo Panitch. Estes autores trabalham os conceitos de hegemonia, império e a ideia de 'internacionalização do Estado', que consideramos uma categoria original da teoria crítica e marxista para as Relações Internacionais. Espera-se poder contribuir com agendas de pesquisa inovadoras e críticas nas Relações Internacionais, que possam dar conta da conjuntura internacional cada vez mais complexa que hoje vivemos.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo; metodologia; teoria do Estado; imperialismo; hegemonia.

THE DEBATE ON THE STATE AND ITS 'INTERNATIONALIZATION': CONTRIBUTIONS OF CRITICAL THEORY AND MARXISM TO INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: The article aims at presenting Marxism as a theory of International Relations. For this purpose, we discuss some of the basic premises and relevant methodological aspects of Marx's reading. Then, we make a brief assessment of the wide debate on the nature of the State and class relations. For this, we are based on two classic exponents of Marxism in the 20th century, Antonio Gramsci and Nicos Poulantzas. Finally, we seek to present the reflections of the Marxian methodology and the debate on the relationship between the State and social classes, and the State and civil society, for the theoretical formulations of International Relations, bringing the central ideas of two of its exponents, Robert W. Cox and Leo Panitch. These authors work on the concepts of hegemony, empire and the idea of 'internationalization of the State', which we consider to be an original category of critical and Marxist theory in International Relations. We aim to contribute to innovative and critical research agendas for International Relations, which can account for the increasingly complex international situation that we are experiencing today.

KEYWORDS: Marxism; methodology; State theory; imperialism; hegemony.

1. Introdução

Na Ciência Política e nas Relações Internacionais, as formulações acerca da origem, natureza e das funções do Estado-nação moveram amplos debates teóricos. Muitas vezes confundido com "governo" e materializado nos organismos burocráticos e administrativos, o Estado ganhou o status de "sujeito", ator dotado de direito e racionalidade. Nas teorias clássicas, o Estado emergiria de um contrato social (abstrato e ahistórico), que implantaria ordem em meio ao estado de natureza, barbárie e violência. A ordem, hierarquicamente organizada, faria dos indivíduos cidadãos, e a sociedade tornar-se-ia civil (MENDONÇA, 2014). Para fora do Estado, no entanto, a guerra e a violência permaneceriam uma ameaça constante.

As teorias realistas e liberais das Relações Internacionais (RI) têm como base esta leitura contratualista. O princípio da anarquia guiaria a vida internacional, uma vez que os Estados não abrem mão de sua soberania. Os dois lados do duo anarquia/soberania são, assim, indissociáveis. Para a chave realista, os Estados são os atores mais relevantes no sistema, sendo eles "unidades" fechadas e coesas, que perseguem seu "interesse nacional". Como os Estados convivem em um sistema anárquico, eles precisariam acumular poder uns frente aos outros para sobreviver. A natureza dos Estados e do sistema torna-se, necessariamente, competitiva e conflituosa. Por sua vez, para a chave liberal, apesar da anarquia, os Estados cooperariam uns com os outros. Sendo atores racionais e egoístas, eles calculariam o custo-benefício da cooperação para maximizar seus ganhos. De acordo com a leitura liberal, os Estados estão em relação de interdependência entre si e interagem com atores não-estatais (empresas, indivíduos, organismos internacionais), que compõem tal interdependência complexa. Em ambas leituras teóricas, Estado e sociedade são duas esferas separadas, sendo o Estado tratado como "sujeito" dotado de autoridade própria, traduzida na soberania.

Em outra frente do mesmo debate, o campo teórico marxista se debruçou, ao longo do século XX, sobre a discussão acerca de como se organizam e configuram as relações entre Estado e sociedade, particularmente aqueles segmentos da sociedade ligados às forças do capital, ou a burguesia. Popularizou-se, dentro deste campo, a ideia de que o Estado seria um instrumento da burguesia, isto é, um espaço utilizado pela burguesia para realizar seus interesses. Assim, de "sujeito" o

Estado passaria a ser tratado como "objeto". No entanto, alguns pensadores, contrapondo-se a esta ideia, elaboraram importantes e aprofundadas reflexões sobre a natureza capitalista do Estado, sua relação com a sociedade civil e as diferentes classes sociais. Esses debates se refletiram em diferentes análises sobre dois fenômenos centrais para as Relações Internacionais, o imperialismo e a hegemonia na ordem mundial.

Este artigo tem dois objetivos. Primeiro, almejamos introduzir o marxismo como teoria das Relações Internacionais através, de um lado, da apresentação de algumas premissas básicas e aspectos metodológicos relevantes da leitura de Marx, de outro, de um breve balanço (ainda que sucinto e parcial) do amplo debate sobre o Estado e as relações de classes a partir de dois expoentes clássicos do marxismo no século XX, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Segundo, objetivamos apresentar os reflexos da metodologia marxiana e do debate sobre Estado/sociedade/classes para as formulações teóricas das Relações Internacionais, trazendo as ideias centrais de dois de seus expoentes - Robert W. Cox e Leo Panitch – que trabalham, particularmente, os conceitos de hegemonia, império e a ideia de 'internacionalização do Estado', que surge como categoria original da teoria crítica e marxista nas RI. Esperamos, assim, poder contribuir com agendas de pesquisa inovadoras e críticas nas Relações Internacionais, que possam dar conta da conjuntura internacional cada vez mais complexa que hoje vivemos. Nos tempos atuais, circulam, no senso comum popular (dentro e fora do Brasil), ideias confusas e, muitas vezes, incoerentes sobre Antonio Gramsci e uma determinada leitura do que seria "gramscianismo" e "marxismo". Torna-se pertinente, portanto, resgatar os autores aqui apresentados e estimular estudiosos das RI a se debruçarem sobre suas ricas reflexões

2. Alguns aspectos relevantes da metodologia marxiana

A reflexão marxista foi (e ainda é) rejeitada por muitos como teoria relevante para a compreensão do sistema internacional. Ela diria respeito às estruturas internas dos Estados (produção, trabalho, luta de classes) e não consideraria o "internacional" como uma dinâmica distinta. Entretanto, como bem apontou

Fernandes (1998), a disciplina das Relações Internacionais tem como base a separação artificial entre política e economia (superada parcialmente a partir dos anos 1970 com as primeiras cadeiras em economia política internacional) e faz uso de métodos que retalham o conhecimento em compartimentos estanques. Contrariamente, o marxismo é herdeiro da filosofia alemã e "prefere conceber as realidades sociais como totalidades historicamente produzidas" (FERNANDES 1998, p. 221). Assim, apesar de não ter uma análise distintiva do internacional, Marx captou a ruptura que constitui o mundo moderno: a expansão global do comércio e o caráter cosmopolita da nova classe que surgia (a burguesia), concomitante à unificação política e econômica do território nacional no continente europeu, resultando em Estados nacionais que substituíram o poder feudal fragmentado. A tensa relação entre o global e o nacional, típica do período da "globalização", já estava expressa no pequeno panfleto Manifesto do Partido Comunista, de 1848.

Dialeticamente, portanto, a modernidade capitalista, na leitura de Marx e Engels, implicou a libertação dos trabalhadores da condição de servos, tornando-os "livres" para vender sua força de trabalho no mercado, ao passo que, ao retirar deles os meios para produzir para sua própria subsistência, os torna "escravos modernos" do trabalho fabril (MARX & ENGELS 1996[1848]). O processo de expropriação dos camponeses das terras na Inglaterra ocorreu concomitante à colonização e à conquista nas Américas, África e Ásia, dois elementos centrais do que Marx (1990[1867]) chamou de "acumulação primitiva": a escravidão velada dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como seu pedestal, da escravidão sem véus no Novo Mundo (Ibid., p. 925). Assim, numa leitura dialética do processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, a saída do período medieval para a "idade das luzes", das novas descobertas, da ciência e da razão foi acompanhada da violência, da expulsão dos camponeses e dos cercamentos das terras (história escrita a "ferro e fogo", como aponta Marx), do sequestro de crianças, da pilhagem, extermínio e escravidão de populações não brancas fora da Europa, bem como da natureza opressiva e desumana da exploração fabril.

Ao mesmo tempo, este processo não é fatalista e linear, mas dialético: o capitalismo, ao centralizar os meios de produção nas mãos de poucos e socializar o trabalho no espaço fabril, criava as condições de seu próprio aniquilamento. Os trabalhadores sob as mesmas condições de opressão poderiam se organizar e lutar

contra os opressores. Para Marx, “os expropriadores serão expropriados” (Ibid., p. 929).

Esses são pequenos fragmentos e exemplos da obra de Marx, nos quais podemos evidenciar um dos pontos fundamentais de sua metodologia, que é a abordagem dialética da história e dos processos sociais. Marx buscou identificar os elementos que iniciaram e impulsionaram a transição do feudalismo para o capitalismo para, logo, identificar aqueles elementos dentro do próprio capitalismo que seriam embriões para sistemas futuros. ‘Expropriar os expropriadores’ não significa, para Marx, voltar à propriedade privada individual, mas sim para a propriedade individual baseada no próprio trabalho, produzindo em cooperação com a posse comum de terras e meios de produção (Ibid.). Portanto, a realidade social é dinâmica, e as contradições são inerentes aos fenômenos sociais.

Aproximando-nos das Relações Internacionais, Cox (1981) vai nos lembrar que o (neo)realismo também enxerga o mundo e os processos sociais como conflitosos, no entanto, para essa corrente, o conflito é um padrão regular e repetitivo de comportamento (do homem, dos Estados, do sistema). Nesse sentido, apesar de usar elementos da história para sua teoria, o realismo deixa de ser histórico, pois passa a buscar essências e padrões de repetição. Na leitura de Cox, para o (neo)realismo “o futuro será sempre como passado” (COX 1981, p. 131). Para o marxismo, ao contrário, os conflitos, e em especial o conflito entre classes sociais, são fontes não de regularidades, mas de mudanças históricas. Com isso, preocupação volta-se à identificação de elementos históricos que apontem para tais mudanças. De acordo com Cox (1981), a teoria é crítica no sentido de que se coloca fora da ordem social (e mundial) prevalecente e se pergunta como aquela ordem surgiu e como pode ser transformada. Em outras palavras, ela não toma as relações sociais e instituições como dadas, mas as questiona, preocupando-se com suas origens e suas transformações.

Outro fundamento importante da metodologia em Marx é a crítica ao individualismo metodológico. Pensadores liberais dos séculos XVIII e XIX, principalmente Adam Smith e David Ricardo, concebiam sistemas econômicos a partir da racionalidade do produtor individual: o açougueiro, padeiro, sapateiro ou caçador buscariam maximizar seus ganhos individuais e, ao trocar com outros que operam sob mesma lógica, maximizariam o bem-estar de toda a sociedade. Para

esses pensadores, o todo é a soma das partes. Produtores são pensados como tipos ideais, indivíduos isolados, que aparecem em ambiente natural. Para esses liberais clássicos, os indivíduos são ponto de partida, e não de chegada, de um processo histórico. Assim, o indivíduo e a natureza humana são abstratos, sujeitos à formulação de leis gerais e abstraídas da sociedade e da história. Para Marx, ao contrário, os seres humanos só podem individualizar-se em sociedade: o indivíduo é produto histórico da dissolução das sociedades feudais para a sociedade burguesa. Quanto mais voltamos na história, vemos que o indivíduo produz em (e é dependente de) um todo maior. Em outras palavras, indivíduos produzem em sociedade, e a produção é socialmente determinada (Marx 2011[1857], p. 39-43).

Partindo desta reflexão, podemos pensar que os Estados-nacionais só poderiam ser concebidos como unidades coesas, que operam sob a lógica egoísta de maximização de poder no sistema internacional (como no pensamento realista), sob certas determinações históricas, materiais, sociais e ideacionais, em um determinado tempo. A interação com outros Estados, organizações, empresas ou grupos sociais faz com que busquem agir para maximizar seu interesse nacional que, por sua vez, poderá se transformar com as interações e mudanças sociais onde se encontram.

Isso nos leva a um terceiro pressuposto metodológico relevante do marxismo, que é a análise da totalidade dos processos sociais. Em seus Grundrisse, Marx (2011[1857]) explica a totalidade entre produção, distribuição, troca e consumo. As relações sociais que se dão na esfera da produção (relação entre apropriadores e os que, de fato, produzem) são o centro de sua análise. No entanto, para Marx, a produção produz também o consumo, criando o material deste, determinando o modo de consumo, e produzindo a necessidade de determinados produtos. Por sua vez, o consumo produz a produção, estimulando e criando a necessidade de uma nova produção. Um indivíduo que participa da produção como trabalhador assalariado participa também sob a forma salário dos resultados da produção, como consumidor. Já a distribuição se articula e também determina a produção, uma vez que, antes da distribuição dos produtos finais da produção, são distribuídos os instrumentos da produção, bem como são distribuídos os indivíduos nos diferentes tipos de produção. Por fim, a troca e a circulação aparecem em todos os momentos e estão contidas na produção, seja pela troca de produtos, seja pela troca de

atividades, capacidades e na própria divisão de trabalho. Conclui-se que produção, distribuição, troca e consumo "constituem as articulações de uma totalidade", são diferenciações dentro de uma unidade. São, portanto, um todo orgânico (Ibid., p. 46-53).

Assim, Marx nos instiga a pensar os processos sociais nas suas relações com demais processos, observando a totalidade e a inter-relação entre os fenômenos. Muitas abordagens teóricas buscam isolar problemas particulares em áreas especializadas de atividades. Com isso, os fenômenos sociais (e a forma de acesso a eles) são fragmentados entre diferentes esferas (economia, direito, comércio, etc.). Contrariamente, as análises baseadas em Marx e as teorias críticas nas RI se dirigem ao complexo social e político como um todo e não como partes separadas.

Um último elemento importante para a compreensão das análises marxistas é a metodologia materialista da história, ou o materialismo histórico. Ela significa que o modo de produção é determinante para a vida em sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas e das atividades econômicas são o centro de mudanças históricas e operam através da luta de classes sobre a distribuição do produto social. Em Marx (2011[1857]), qualquer abstração tem que corresponder ao processo real, ou seja, a elaboração de conceitos e leis abstratas tem que corresponder ao processo social e econômico real. A análise materialista histórica precisa partir do concreto, do real, mesmo que este aparente ser um conjunto de representações caóticas, para então poder traçar abstrações, simplificações, conceitos e teorias gerais. Porém, a partir das abstrações, conceitos e teorias gerais, é necessário retornar ao concreto, ao particular, mas este já não é um conjunto de representações caóticas, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações. Para Marx, a economia política clássica seguiu somente o primeiro caminho, do concreto ao abstrato, sem retornar ao concreto (Ibid, p. 54-58).

Nesta metodologia materialista da história, as formas superiores são a chave para entender as formações anteriores. A economia burguesa fornece a chave para economias antigas: "A anatomia do ser humano é uma chave para entender a anatomia do macaco (…) os indícios de formas superiores nas espécies de animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior é conhecida" (Ibid. p. 58). A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. Suas categorias expressam suas condições e a

compreensão de sua organização permite compreender formas de sociedade passadas. Assim, na sociedade burguesa estão contidas formas de organização social e produtiva precedentes. Para Marx, a moderna sociedade burguesa é dada "tanto na realidade como na cabeça" (Ibid., p. 59).

Trazendo essas reflexões para as Relações Internacionais, Cox (1981) discorre sobre como o materialismo histórico pode corrigir as falhas do neorrealismo, ao trazer a leitura dialética da história real, sendo este o potencial para formas alternativas de desenvolvimento, que surgem da confrontação de forças sociais opostas numa situação histórica concreta. O materialismo histórico adiciona uma dimensão vertical à dimensão horizontal de poder entre Estados rivais, focando no imperialismo e nas relações de dominação e subordinação na economia mundial de metrópoles sobre colônias. Ele também expande a perspectiva realista através de sua preocupação com a relação entre Estado e sociedade civil. Com base em Gramsci, conforme veremos no próximo tópico, Cox estabelece a relação recíproca entre estrutura (relações econômicas) e superestrutura (esfera ético-política), o que permite considerar o complexo Estado-sociedade como entidades constituintes da ordem mundial. Por fim, o materialismo histórico foca no processo produtivo como elemento fundamental para formas históricas particulares do complexo Estado/sociedade, nos convidando a examinar as conexões entre poder na produção, no Estado e nas relações internacionais (COX 1981, p. 133-135).

3. Estado, sua relação com a sociedade civil e sua natureza de classe

Tendo em vista o exposto acima, traremos alguns elementos das reflexões de Antonio Gramsci sobre a relação entre Estado e sociedade civil. Gramsci foi um militante do partido comunista italiano nos anos 1920 que ficou destacado e popularizado pela elaboração do conceito de hegemonia sintetizada como "consenso e coerção". As reflexões de Gramsci, no entanto, têm como ponto de partida um questionamento específico num período histórico concreto: como explicar a vitória do fascismo na Itália? A complexidade e o refinamento de sua teoria advêm da perspectiva de uma derrota (os inimigos estavam no poder) e de uma reflexão sobre as táticas e estratégias do inimigo, com a finalidade de derrotá-lo.

O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se a sua concepção sobre o Estado. Este não é "sujeito" (racional, autoritário e separado do mercado e da sociedade), nem é "objeto" (simples instrumento das classes dominantes para realização de seus interesses particulares). O Estado deve ser compreendido na sua forma ampliada, composto pela sociedade política e pela sociedade civil. A hegemonia se forma com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual em uma sociedade. Esse grupo exerce liderança antes de chegar ao governo; na verdade, esta é uma das condições para que o grupo chegue lá. Nesse momento, ele se torna dominante e, mesmo depois de se afirmar no poder, não pode deixar de liderar (Gramsci 2008, p. 57-58). Para Gramsci, "dominar" não é igual a "liderar": este requer certas concessões aos grupos subordinados, para que eles "concedam" (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo.

Nesse sentido, a hegemonia das classes dominantes (do seu modo de produção e organização da sociedade) é construída ativamente na esfera da sociedade civil. Para isso, é necessário partir do senso comum[1], mas de maneira a guiá-lo no sentido coerente com o programa hegemônico, criando um consenso em torno deste. Enquanto o senso comum para Gramsci é amplo e fragmentado, o consenso é construído e produzido pelas instituições da sociedade civil (associações, escolas, igrejas etc.), de forma coerente com a ideologia do grupo que busca exercer liderança. Assim, a hegemonia só pode ser mantida através da liderança ideológica permanente, penetrando e se consolidando no imaginário popular das massas[2].

Ao mesmo tempo, para se tornar efetivamente universal, a construção de uma ordem hegemônica pressupõe, também, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deve ser exercida. De acordo com Gramsci, é necessária a formação de certo "equilíbrio compromissado", que significa que o grupo dominante terá que superar seus interesses econômico-

[1] Gramsci definiu o senso comum como a coleção de ideias e opiniões fragmentadas, acríticas, incoerentes, que estariam ligadas ao folclore, mitos populares, crenças religiosas, etc. É a concepção popular tradicional de mundo. Oposto a ele estaria o "bom senso", o pensamento crítico, coerente e consciente, que une pensamento e ação de forma direcionada (Ibid, p. p. 326-28; 419-20.)

[2] Segundo um dos principais intérpretes de Gramsci, Joseph Buttigieg, as classes dominantes reforçam e disseminam um determinado modo de pensar, uma determinada ideologia (*forma mentis*), estabelecendo um sistema de governo que incorpora esta *forma mentis* e a traduz em ordem, como se fosse sua própria ordem (BUTTIGIEG 1995, p. 12-13).

corporativos e incorporar os interesses de outros grupos subordinados. Para Gramsci, este momento é considerado "estritamente político", que confere unicidade dos fins econômicos e políticos com os morais e intelectuais, colocando as questões em torno das quais fervem as lutas num plano universal, e não mais corporativo, e criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental (dominante) sobre grupos subordinados. Nas palavras do autor,

> O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como *força motriz de uma expansão universal*, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI 2007, p. 42, ênfase nossa)

Consequentemente, a hegemonia da classe dominante é institucionalizada no Estado, mas formada e sustentada no seio da sociedade civil. Este é o sentido do 'Estado ampliado'. Quando a classe dominante perde o consenso na sociedade – ou seja, não mais sustenta o "equilibro compromissado" -, ela não exerce liderança, mas dominação, precisando, para isso, utilizar força coerciva, o que significa que as massas se desligaram de suas ideologias tradicionais. Para Gramsci, isso ocorreu logo após a (primeira) Guerra Mundial, quando se abriram brechas nos aparatos hegemônicos em todos os lados, e o exercício da hegemonia tornou-se difícil e aleatório (GRAMSCI 2008, p. 80).

A ideologia liberal buscou separar o Estado da sociedade civil, afirmando que a atividade econômica pertence à segunda e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, "dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos", então, segundo Gramsci, "deve-se estabelecer que liberalismo é uma 'regulamentação' estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva" (GRAMSCI 2007. p. 47). O liberalismo apresenta, assim, uma contradição inerente:

o mercado tem que ser imposto por lei, acarretando sempre elementos de coerção, como retaliação, condicionalidades e ameaças.

Hegemonia e sociedade civil são, portanto, dois conceitos interdependentes e devem ser pensados de forma conjunta: o sucesso em adquirir e manter controle do Estado moderno depende do trabalho realizado pelo grupo dominante na sociedade civil antes de sua ascensão ao poder e da capacidade deste em estender sua influência sobre crescentes segmentos da sociedade (BUTTIGIEG 1995, p 3;27).

Como romper com a hegemonia? De acordo com Gramsci, uma crise econômica não gera automaticamente transformações históricas, mas deixa o terreno favorável para a disputa de ideias, para disseminar certos modos de pensamento, modos de colocar e resolver questões, que envolvem o desenvolvimento de toda a vida nacional. A ruptura do equilíbrio de forças não ocorre de maneira mecânica, mas em conflitos que vão além do econômicos, relacionados a prestígio, sentimentos de poder e autonomia (GRAMSCI 2008, p. 184). Para Gramsci, a "filosofia da práxis" tem que ser uma crítica ao senso comum, mas baseando-se inicialmente nele mesmo, demonstrando suas contradições para, a partir disso, renovar e tornar críticas as atividades já existentes. A transformação do senso comum significa, portanto, romper com a naturalização de relações de poder, opressão e hierarquia econômico-social.

A estratégia para isso está na chamada "guerra de posições", a transformação na esfera das instituições da sociedade civil, que organizam o consenso. Para Gramsci estas instituições são como "trincheiras da guerra moderna" do sistema de dominação estabelecido, de modo que a tomada de poder do Estado pode não significar imediatamente uma transformação do sistema, visto que, por trás dele, as classes dominantes armaram aparatos de sustentação ideológica e institucional de seu poder. É necessário reconhecer o terreno e identificar os elementos de "trincheiras e fortalezas" estabelecidos dentro e fora das instituições do Estado propriamente dito, para poder combatê-las. Para Gramsci, vencer a guerra de posição no terreno político é decisivo (Ibid., p. 238-9).

Partindo do legado de Antonio Gramsci, outro pensador marxista que se debruçou sobre o debate sobre natureza do Estado capitalista e suas relações de classe foi Nicos Poulantzas. Escrevendo algumas décadas depois de Gramsci, nos anos 1970, o militante grego exilado na França e membro do partido comunista

francês, elaborou uma profunda reflexão sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, desenvolvendo uma teoria não do Estado em abstrato, mas do Estado capitalista. Poulantzas (2000) argumenta contra uma visão "instrumentalista" do Estado, como se houvesse uma "utilização do Estado por uma classe": o Estado como instrumento do mercado ou um Estado "capturado" pelos agentes econômicos.

Para o autor, há uma natureza de classe no Estado capitalista, cuja principal característica é a separação peculiar entre o espaço do político e o espaço da economia no modo de produção (POULANTZAS 2000, p. 12-13). No capitalismo, a autonomia específica do espaço político é exatamente a forma pela qual está presente a dimensão política na constituição e reprodução das relações de produção, uma vez que essas relações, as formas de controle, a alocação do trabalho, a distribuição de recursos etc. são deslocadas para a esfera "privada", obscurecendo a face política da economia e se tornando um eficiente mecanismo de defesa para o capital (Ibid, p. 17).

Para Poulantzas, o Estado exibe uma estrutura material peculiar - a "materialidade institucional do Estado" - composta por aparatos e instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Nela está inscrita a dominação política de classe, que sempre se transforma de acordo com as lutas sociais. Poulantzas dá centralidade ontológica à totalidade das lutas sociais (econômicas, políticas e ideológicas, e que englobam as questões de gênero, raças, ideologias, atravessadas pelas lutas de classe), que se materializam, de forma condensada, nos aparatos jurídico, político e ideológico do Estado (Ibid, p. 14; 38-45).

A natureza do Estado capitalista não é, portanto, estática; ao contrário, é dinâmica. Ele não é monolítico, nem é redutível à relação entre membros de grupos que constituem seu aparato. É um campo estratégico de relações, um espaço de condensação material da relação entre forças sociais e frações de classes. A elaboração e implementação de políticas de Estado devem ser vistas, de acordo com Poulantzas, como resultado das contradições de classes inscritas na própria estrutura do Estado. Ele é, cada vez mais, "constituído-dividido" por contradições de classes (Ibid, p. 132).

A análise de Poulantzas baseia-se no conceito gramsciano do Estado ampliado e no processo de construção da hegemonia. Uma das reflexões mais sofisticadas, e o principal argumento contra uma simples visão instrumentalista do

Estado, é seu papel-chave como organizador dos diferentes interesses particulares das frações da classe dominante. O Estado capitalista representa e estrutura os interesses políticos de longo prazo, organizando uma unidade conflituosa entre os diferentes interesses particulares dentro do bloco no poder. Ele é capaz de unificar o bloco no poder na medida em que mantém uma relativa autonomia frente às várias frações de classe com seus interesses, de modo a conseguir avançar os interesses capitalistas como um todo. Essa autonomia é constitutiva do Estado capitalista, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção (Ibid. p. 127).

O processo de "unificar-organizar" os interesses contraditórios do bloco no poder depende também do papel do Estado em relação às classes dominadas. Segundo Poulantzas, os aparatos do Estado unificam o bloco através da "permanente desorganização das classes dominadas, polarizando-as frente ao bloco no poder, e circunscrevendo suas próprias organizações políticas" (Ibid.p. 140, tradução livre). A organização dos interesses burgueses e a desorganização das camadas subalternas são funções concomitantes e interdependentes, que só podem ser realizadas, de forma eficiente, pelo Estado capitalista. Ele adota medidas materiais de importância significativa para as massas populares. Compromissos materiais são indispensáveis para manter o consenso em torno dos interesses de longo prazo do bloco hegemônico. Baseado em Gramsci, Poulantzas afirma que o Estado age dentro de um "equilíbrio instável" de compromissos entre classes dominantes e dominadas. Ele é a condensação material de uma relação (Ibid., 140-145).

Podemos afirmar que a análise de Poulantzas reforça o ponto fundamental de Gramsci sobre o papel do Estado na formação da hegemonia da classe ou bloco dominante: a universalização do particular. Com esta leitura, podemos contestar a ideia de uma suposta coesão entre “burguesia nacional” e trabalhadores diante das pressões do mercado internacional, ou em nome de um “desenvolvimento nacional”. Podemos, também, contestar a noção de um mercado “avesso” ao Estado, bem como a ideia de fragilização do papel do Estado frente à diversidade de outros atores (empresariais, não-governamentais) que, gradualmente, assumiriam funções públicas na sociedade, particularmente com as transformações sociais impulsionadas no período neoliberal. Ao contrário, o papel fundamental do Estado

capitalista segue sendo o de organizar os interesses das diferentes frações (internas e externas) das classes dominantes frente às classes dominadas, de modo a garantir a acumulação e a reprodução do capital, e avançar o projeto hegemônico.

Trouxemos até aqui alguns dos elementos fundamentais da metodologia marxiana, que nos apoiam na análise da totalidade dos fenômenos sociais e internacionais desde uma perspectiva materialista e não-linear (dialética) da história. Logo apresentamos algumas das ideias centrais do pensamento de Antonio Gramsci sobre o Estado ampliado e o papel da sociedade civil para a construção da hegemonia. Em seguida, trouxemos as contribuições de Nicos Poulantzas sobre a natureza capitalista do Estado e sua função em organizar os interesses conflitantes de frações das classes sociais dominantes. Todo este debate nos move para a compreensão da internacionalização do Estado (e da produção), elemento basilar para fenômenos internacionais da hegemonia e do imperialismo, que serão apresentados através dos teóricos do campo crítico e marxista das Relações Internacionais, Robert W. Cox e Leo Panitch.

4. A 'internacionalização do Estado' e seus efeitos para a compreensão dos fenômenos da hegemonia e do imperialismo

Escrevendo dez anos depois de Poulantzas, Robert W. Cox pode analisar os processos resultantes da crise da década de 1970 sobre os Estados na sua relação com o mercado mundial. A obra em que Cox melhor trabalha a ideia de 'internacionalização do Estado' é o livro *Power, Production, World* Order, de 1987. Seu ponto de partida é o processo de produção com suas relações sociais, que estão relacionadas com o Estado de forma dinâmica (COX 1987, p. 4)[3]. As diferentes formas de produção (e as relações sociais por elas geradas) tornam-se as

[3] Cox (1987) traz doze formas de relações sociais de produção, que podem ser identificadas no final do século XX: relações de subsistência, camponês-dono da terra, mercado de trabalho primitivo, trabalho doméstico, trabalho autônomo, mercado de trabalho empresarial, bipartismo, corporativismo empresarial, tripartismo, corporativismo estatal, produção comunal e planificação central. Segundo Cox, essas categorias não seriam "sacrossantas", mas cobririam boa parte do mundo do trabalho (Ibid., p. 32). Cox havia passado muitos anos trabalhando na Organização Mundial do Trabalho, antes de ingressar na carreira acadêmica, o que, certamente, o influenciou nessa formulação.

bases para o poder do Estado e para a ordem mundial[4]. A produção ocorre através de relações de poder, que podem se transformar em novos recursos de poder, provendo a base material para o Estado (poder financeiro, militar, ideológico, administrativo, etc.). Ao mesmo tempo, as estruturas de produção foram criadas, estimuladas e sustentadas sempre pelo Estado (Ibid., p. 5). O Estado fornece a estrutura legal-institucional para as práticas econômicas da classe dominante, criando as bases para as relações sociais de produção, que condicionam seu desenvolvimento (Ibid., p. 148-9). Podemos considerar, assim, que o Estado e as relações sociais de produção condicionam-se mutuamente.

Cox trabalha com a ideia de "formas de Estados", que são produto de duas configurações de forças: a configuração de classes sociais no bloco histórico e a permissividade da ordem mundial[5]. Formas de Estado interagem, pois, com forças sociais de produção e ordens mundiais. Se, de um lado, a relação interna entre Estado e produção é formada pela configuração de forças sociais que compõem um bloco histórico, por outro, o Estado e as relações sociais de produção são constrangidos pelas pressões da ordem mundial, expressas na forma militar e financeira, e nas ligações entre as burguesias internas e externas. Assim, os Estados desempenham um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e suas configurações locais e nacionais. Segundo Cox, o surgimento de novas formas de Estado e as mudanças na ordem mundial estão associadas e se reforçam mutuamente (Ibid., p. 107-8).

No período da "pax americana", após a Segunda Guerra Mundial, o setor financeiro internacional tornou-se o principal regulador da organização política e produtiva de uma economia hegemônica, dando início a um novo padrão de relação entre Estados, produção e ordem mundial. Nesse período, Cox diferencia entre duas formas de Estado: o "Estado neoliberal", prioritariamente os Estados europeus, como França e Itália, que tinham uma economia aberta com um sistema de bem-

[4] Cox (1981) trabalha com a noção de estruturas históricas compostas por instituições, ideias e capacidades materiais, que se transformam de acordo com as diferentes conjunturas históricas. Essas estruturas, por sua vez, determinam formas específicas de Estados, forças sociais e ordens mundiais, que estão inter-relacionadas de forma dinâmica, não havendo a prevalência de uma sobre outra.

[5] Por exemplo, o Estado liberal emergiu numa ordem mundial liberal moderna no final do século XIX, o Estado de bem-estar nacionalista e o Estado fascista corporativista emergiram na era de imperialismos rivais no início do século XX. Ver Ibid., capítulos 5 e 6.

estar, e o "Estado neo-mercantilista desenvolvimentista", em que figurariam alguns países de industrialização tardia do chamado "Terceiro Mundo"[6].

O Estado neoliberal se caracterizou pela participação em uma economia de mercado aberta, ajustando e adaptando sua economia interna de modo a facilitar o crescimento da economia mundial. Ele próprio se torna um ator econômico, atuando diretamente no processo de acumulação e, também, como um mediador entre mercado global e grupos domésticos. Além disso, essa forma de Estado, em um primeiro momento, procurou proteger grupos vulneráveis das pressões de mercado. A estrutura de sua economia é segmentada e o "Estado neoliberal mediava entre grandes grupos oligopolistas do mercado mundial, que ditam as prioridades políticas, e pequenos grupos domésticos, que coexistem em competição com aqueles" (Ibid., p. 219-20, tradução nossa).

O que Cox chamou de *internacionalização* do Estado neoliberal foi o processo de reestruturação das hierarquias internas, relacionado à sua função de ajustar a economia nacional às demandas do mercado mundial, de forma a dar maior peso e importância às agências ligadas a ele (como ministérios da economia, comércio exterior, tesouro nacional, agências de privatização etc.), enquanto outras, ligadas ao trabalho e sua reprodução (trabalho, habitação, saúde), tornavam-se subordinadas àquelas (Ibid., p. 228-9).

Desse modo, Cox destaca dois processos centrais do período da "pax americana": a internacionalização/fragmentação da produção e a internacionalização do Estado. A primeira significou a criação de uma economia mundial de produção, dentro de uma economia internacional de comércio já existente. A tecnologia e o conhecimento tornaram-se fontes de poder, concentradas em poucas corporações multinacionais e nos países centrais. As diferenças nos custos de trabalho foram

[6] A forma de Estado neo-mercantilista desenvolvimentista se caracterizou pelo controle dos instrumentos necessários para moldar a economia (mercantilismo) e pelo uso de determinados instrumentos para o crescimento e mudanças estruturais (desenvolvimentista). Objetivos neo-mercantilistas incluíram, em certos momentos, o controle da entrada de capital estrangeiro na extração de recursos e a nacionalização de setores estratégicos. Ao mesmo tempo, esses Estados buscaram aumentar o poder de barganha frente aos capitais estrangeiros sem romper com a dependência econômica externa. Essa forma de Estado, na medida em que intervinha na economia, criava também vantagens ao capital estrangeiro. O Estado neo-mercantilista desenvolvimentista tem como uma de suas principais características o poder coercivo e, com ele, o exercício do controle sobre as organizações de trabalhadores (em muitos casos, incorporando-as ao Estado, criando instituições corporativas) e o uso de mecanismos e aparelhos de repressão para manter a "paz social" e a ordem política interna, protegendo o investimento estrangeiro e cumprindo com os serviços da dívida. Assim, o sistema econômico permanecia ligado à acumulação capitalista no mercado mundial (Ibid, p. 228ff).

mantidas fragmentadas, aumentando as disparidades das condições de trabalho. Os fluxos de crédito e financiamento das instituições financeiras internacionais foram usados, em muitos casos, para direcionar a produção e a exportação nos países em desenvolvimento (Ibid., p. 244-6).

Por sua vez, o processo de internacionalização do Estado inicia-se a partir da forma de Estado neoliberal, disseminando-se de maneira intensa a partir da crise da década de 1970. Essa internacionalização baseia-se em três elementos: a formação de um consenso com relação às necessidades e exigências da economia mundial; a participação hierarquicamente estruturada pelas classes dominantes nos EUA, na Europa e no Japão nessa formação do consenso internacional; o ajuste das estruturas internas dos Estados, de modo a melhor internalizar as pressões externas sobre economias nacionais. Nesse processo, a *accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de "obrigações internacionais" (Ibid., p. 254).

Segundo Cox, o governo estadunidense e as agências internacionais vinculadas a ele buscavam manter o consenso através de barganhas com fragmentos da burocracia de outros Estados. No nível mais alto dos países ricos, a formação do consenso se dava na interação entre as agências centrais dos Estados e as instituições internacionais. Esse processo teria ocorrido na forma de uma "osmose ideológica" entre governos e agências, onde o consenso neoliberal era implantado sem haver necessidade de imposições legais (Ibid., p. 261-2). Já no chamado “Terceiro Mundo” (o autor escrevia no final da década de 1980), os elementos do consenso internacional eram impostos como condições de financiamento da dívida, conformando um regime rígido levado a cabo pelas instituições de Bretton Woods. As classes dominantes locais desempenharam o papel de "recrutas ideológicos" na internalização dessas normas. Políticas de desenvolvimento foram condicionadas pelas negociações de dívida e empréstimos das instituições internacionais, sendo conduzidas dentro de uma estrutura de complementação da produção para acumulação em nível mundial (Ibid., p. 260-4).

Cox observa que, do pós-guerra até a crise de 1970, o Estado neoliberal atuava como um "escudo amortecedor" de pressões do mercado internacional, acomodando-as junto às forças sociais internas; a partir de 1974, entretanto, com os desdobramentos da crise, o acirramento das contradições e aprofundamento das

relações capitalistas, ele se torna uma "corrente de transmissão" das demandas do mercado internacional, adaptando-as no plano doméstico.

Observamos que, tanto para Poulantzas quanto para Cox, há uma importante distinção subjacente entre natureza do Estado, formas de Estado e função do Estado. Nesse processo de internacionalização do Estado, notamos que a distinção de Cox entre o Estado neoliberal e o neo-mercantilista desenvolvimentista gradualmente se dilui. Ambas as formas de Estado se tornam cada vez mais liberalizadas.

Cox não analisa as diferentes maneiras em que as duas formas de Estado se transformam nesse processo, resultando em estruturas mais peculiares da relação Estado e classes dominantes. Por exemplo, para Van der Pijl (1997), a emergência de um Estado "hiperliberal" (modelo Thatcher/Reagan) de base filosófica em Locke, no final do século XX, é uma forma de Estado ainda mais afinada com as forças de mercado do que a forma de Estado neoliberal apontada por Cox. Do lado oposto, Arrighi (2008) analisa a China como uma "economia de mercado não capitalista", uma vez que, para esse autor, o Estado chinês não estaria subordinado aos interesses da classe capitalista[7]. Esses desenvolvimentos peculiares não puderam ser capturados por Cox na década de 1980[8].

Leo Panitch irá traçar uma crítica à análise de Cox sobre a internacionalização do Estado[9]. Ambos conviveram no departamento de Ciência Política da York University, em Toronto, berço da escola neogramsciana das Relações Internacionais, e mantiveram uma relação respeitosa e amigável, apesar de algumas diferenças teóricas. Panitch afirma que, enquanto o processo de internacionalização do Estado para Cox é determinado “de fora para dentro”, para Poulantzas, as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias

[7] Nas palavras de Arrighi (2008, p. 338), "pode-se acrescentar quantos capitalistas se queira à economia de mercado; se o Estado não estiver subordinado ao interesse de classe deste, a economia de mercado continua não capitalista".

[8] Realizamos em 2009 uma entrevista com Robert W. Cox, onde buscamos esclarecer junto a ele sua leitura sobre a abordagem gramsciana nas RI, bem como sua visão sobre a conjuntura internacional no contexto da crise econômico global (deflagrada em 2008), o contexto latino-americano de governos ‘progressitas’, e outros temas. Cf. GARCIA, A. S.; SÁ, M. B. ‘Overcoming the blockage’: an interview with Robert W. Cox. *Estudos Internacionais*, vol. 1, nr. 2, jul-dez 2013, pp. 303-318.

[9] Notamos que outros autores (tais como Stephen Gill, William Robinson, Adam Morton, entre outros) trabalharam a partir da leitura gramsciana sobre temas internacionais, como a relação entre Estados e classes capitalistas globais, instituições internacionais e governança, revolução passiva e periferia, etc. Neste trabalho, nos ateremos às distintas visões entre Panitch e Cox sobre a internacionalização do Estado, posto que nos revelam algumas diferenças entre a teoria crítica (neo)gramsciana e o marxismo.

internas, ou seja, dos conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores (Panitch 1994, p. 69). O autor critica a análise de Cox sobre as mudanças de hierarquia no aparato estatal - com maior poder das burocracias ligadas às finanças e ao comércio internacional, subordinando outras ligadas aos setores sociais - de modo a melhor atender às pressões do mercado internacional. Segundo Panitch, não há uma simples mudança de hierarquia, mas sim uma transformação na essência das próprias agências ligadas ao trabalho e aos setores sociais, reestruturando-as à lógica de acumulação do capital (por exemplo, a privatização e a financeirização dos planos de pensão) (Ibid., p. 72).

Seguindo o amplo legado deixado por Poulantzas, Panitch e Gindin (2005) buscaram avançar a teorização sobre o Estado capitalista para a compreensão da globalização e do imperialismo nos dias atuais, apresentando três dimensões. A primeira diz respeito à relação com o processo produtivo, e reforça a ideia de que o Estado se torna um ator na própria acumulação de capital. Segundo os autores, a separação entre o político e o econômico no capitalismo possibilitou que o Estado fosse distanciado da organização da produção. Ao mesmo tempo, ele manteve sua função jurídica, regulatória e de provedor da infraestrutura (de modo que o processo produtivo possa ocorrer), além de policiar as relações capital-trabalho e agir como emprestador de última instância. De acordo com os autores, o papel do Estado capitalista não é meramente reativo: ele desenvolveu mecanismos sofisticados de promoção e orquestração da acumulação capitalista. Assim, a autonomia relativa do Estado é uma característica tensionada. Segundo os autores, ele precisa ter capacidade de agir em nome do sistema como um todo, ao passo que sua dependência da acumulação para sua própria legitimação e reprodução deixa essa mesma capacidade limitada (PANITCH & GINDIN, 2005, p. 1-2).

A segunda dimensão é a forma de dominação política. A separação entre o Estado e sociedade no capitalismo envolve um distanciamento constitucional da dominação política de uma estrutura de classe. O estabelecimento do estado de direito como estrutura política liberal para os detentores de propriedade, bem como o estabelecimento (ou imposição, por meio de intervenções militares) da democracia liberal como forma-modelo para Estados capitalistas no pós-guerra, são alguns aspectos e exemplos disso. Com isso, reforça-se a noção do Estado como espaço de ‘universalização de interesses particulares’.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito à forma nacional e territorial do Estado capitalista, com o aprofundamento das ligações econômicas em um território particular. Ela significa uma expansão cada vez mais universal da forma de Estado capitalista: o imperialismo significou a extensão espacial da lei do valor e das relações capitalistas, em um processo em que o Estado territorial e sua forma democrático-liberal foram universalizados e inscritos nas instituições internacionais e no direito internacional em meados do século XX. Porém, esse processo teve lugar sob a forma de um 'imperialismo informal', na medida em que não implicou a ocupação de territórios pela potência imperialista, mas sim um processo em que Estados-nacionais tomaram para si a responsabilidade de criar condições políticas e jurídicas para a acumulação de capital (seja ele de origem interna ou externa), com isso avançando o capitalismo por todo o mundo (Ibid., p. 2-3).

Em suma, os Estados nacionais são parte integral da construção global do capitalismo: eles estabeleceram e administraram a estrutura jurídica dentro da qual a propriedade privada, a competição e os contratos podem operar; são atores centrais nas sucessivas tentativas de contenção de crises, operando como emprestadores de última instância; desenvolveram uma variedade de meios para promover e orquestrar a acumulação capitalista, criando e desenvolvendo diferentes instituições com conhecimentos específicos. Baseando-se em Poulantzas, Panitch e Gindin (2012) afirmam que tudo isto deve ser compreendido em termos da "autonomia relativa" do Estado capitalista: sem estar desconectado da classe capitalista, ele tem as capacidades autônomas de agir em nome do sistema como um todo (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 3-4).

Todas essas funções são particularmente exercidas pelo Estado norte-americano. Ele foi o único capaz – por razões relacionadas às suas capacidades institucionais e sua estrutura de classe – a relançar o capitalismo global depois das Guerras Mundiais e da Grande Depressão. Durante o contínuo processo de apoio à exportação de capital e à expansão de suas multinacionais, o Estado norte-americano assumiu a crescente responsabilidade de criação das condições políticas e jurídicas para a extensão e a reprodução do capitalismo de forma internacional. Ele impôs as condições para acumulação de capital não somente no seu ambiente doméstico, mas também em outros países. Isso gerou tensões – e sinergias – nos EUA entre o papel do Estado frente sua própria sociedade e a crescente

responsabilidade internacional de facilitar a acumulação de capital no mundo (Ibid., p. 5-8).

Com isso, a 'internacionalização do Estado' é constitutiva da formação do império informal norte-americano no século XX. Para Panitch e Gindin (2012), essa internacionalização implica a interação entre forças sociais domésticas e o capital estrangeiro, fazendo com que os Estados nacionais apoiem e encorajem capitalistas a exercerem atividades para além das suas fronteiras, e assumam cada vez mais responsabilidades na reprodução global do capitalismo. Desta maneira, a internacionalização do Estado capitalista significou a responsabilidade de promover a acumulação de capital de forma a contribuir com a administração da ordem capitalista internacional gerenciada pelos EUA. O Estado norte-americano não ditou isso a outros Estados: ele colocou os parâmetros dentro dos quais os outros Estados determinavam seu curso de ação (Ibid., p. 8).

Com isso, observamos que tanto para Robert W. Cox quando para Leo Panitch e Sam Gindin, o processo de internacionalização do Estado é parte fundamental do período de poder mundial com base nos EUA: a hegemonia americana, ou "pax americana' para Cox e, de forma distinta, o império informal americano para Panitch e Gindin.

Baseado em Gramsci, Cox define hegemonia no plano mundial como uma dominação de forma particular, em que um Estado dominante cria uma ordem baseada, ideologicamente, em ampla medida de consentimento. Esta ordem funciona de acordo com princípios gerais que, de fato, asseguram a contínua supremacia do Estado líder, e classes sociais dominantes, oferecendo, ao mesmo tempo, alguma medida de satisfação aos menos poderosos (COX, 1987, p. 7). Desse modo, para se tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, não baseada na exploração direta de outros, mas que outros Estados (submetidos à sua hegemonia) a sintam, em parte, compatível com seus próprios interesses (COX, 1993, p. 61).

Segundo Cox, no período do Pós-Guerra, a construção da hegemonia estadunidense se deu por meio de organizações internacionais em um sistema multilateral. Assim como para Gramsci, em uma sociedade hegemônica, o conflito social não é eliminado, mas regulado e institucionalizado. A institucionalização do conflito dentro da potência dominante torna-se a base para essa institucionalização

também no plano global. Cox considera que organizações internacionais foram os principais mecanismos de universalização de normas e valores particulares da potência hegemônica. As regras são incorporadas de modo a facilitar a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando, ideologicamente, as normas dessa ordem. Ao mesmo tempo, as organizações são, elas mesmas, produto da hegemonia do Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos e absorver ideias contra hegemônicas. Dessa forma, organizações internacionais promovem a expansão de forças econômicas e sociais dominantes, ao passo que permitem ajustes para incorporar interesses subordinados a um "custo mínimo" (Ibid. p. 62).

Nesse sentido, notamos que a hegemonia no âmbito mundial é um projeto da classe dominante em um determinado Estado dominante, transbordando para além deste Estado e construindo globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico. Dessa forma, é necessário considerar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra-hegemonia, e questionar em que medida a hegemonia internacional pode ser desafiada por países nos quais as classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico.

Para Leo Panitch e Sam Gindin (2004), a análise não deve ser sobre a hegemonia, mas sim o "império informal norte-americano", que é a construção do poder global estadunidense sem necessariamente estender sua soberania ou ocupar territorialmente outros Estados como estratégia prioritária. Mais importante foi a capacidade do Estado norte-americano de inserção estrutural em antigos rivais e coordenação com outros Estados líderes capitalistas. Com isso, foi possível garantir, no período pós Segunda Guerra, a reconstrução de outros Estados independentes enquanto Estados *capitalistas***,** ou seja, que sustentem a acumulação de capital e protejam a propriedade privada (e não somente a propriedade do Estado imperial) dentro de seus territórios.

Para Panitch e Gindin, redes imperiais e ligações institucionais, antes relacionadas à relação Norte-Sul (impérios formais e colônias), começaram a ser construídas entre os EUA e os principais países capitalistas, em especial na Europa, no período após a Segunda Guerra Mundial. Assim, o império informal se caracteriza pela capacidade dos EUA de penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial,

combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiaram na capacidade do império informal de ir além dos impérios anteriores[10]. Ao construir as corporações multinacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços, o império informal norte-americano provou-se capaz, mais que outros, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Nesse sentido, Panitch e Gindin procuram desfazer outro senso comum dentro do marxismo (clássico e contemporâneo), bem como do realismo nas Relações Internacionais, que é expectativa de um ressurgimento da rivalidade inter-imperialista, ou de potências revisionistas. Em sua visão, essas análises falhavam em enxergar a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 10). A integração da Europa ao império informal se acelerou com seus sucessivos acordos de integração regional. Segundo os autores, a integração europeia seguiu a liberalização financeira e a pressão das associações empresariais, tanto europeias quanto norte-americanas. Esta integração também se expressa na emulação de empresas e bancos europeus às práticas americanas, acentuando as ligações entre finanças e indústrias. Bancos e empresas estadunidenses jogaram um papel central em fusões e aquisições na Europa, impulsionando a integração e encorajando o desenvolvimento de um mercado comum europeu. Evidentemente esta não foi uma via de mão única, com os fluxos crescentes de investimento e comércio também da Europa para os EUA (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 196). Por sua vez, a ascensão do Japão também se deu dentro das variadas formas de integração ao capitalismo global dirigido pelos EUA. De acordo com os autores, a crise financeira dos anos 1970 impulsionou a integração financeira do Japão aos circuitos globais. Empresas japonesas aumentaram seu investimento em setores manufatureiros, aumentando a produtividade e a taxa de exploração de trabalhadores. Os bancos passaram por um

[10] Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências [10] Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências capitalistas emergentes, Alemanha, EUA e Japão, no seu "imperialismo de livre-comércio" (PANITCH E GINDIN 2004, p. 8).

rápido processo de internacionalização e compraram ativamente títulos no exterior, especialmente títulos do Tesouro estadunidense. Isso aumentou a dependência do Japão do próprio mercado financeiro estadunidense. Nos anos 1980, os EUA eram o principal mercado importador de produtos japoneses, como carros, pressionando o próprio setor automobilístico nos EUA à demissão massiva de trabalhadores. Porém, na década de 1990 o Japão já vivia as piores contradições associadas à realização do capitalismo global dentro do G7, e não se discutia mais a eventual substituição dos EUA como potência hegemônica (Ibid., p. 203).

É nesse mesmo sentido que Panitch analisa a ascensão das atuais potências emergentes, em especial a China. Elas emergiriam integradas ao império informal norte-americano, e não em contestação a ele. Isso não significa que a competição econômica entre diferentes centros de acumulação seja totalmente nula, porém ela é atenuada diante da construção de um capitalismo global nos moldes já descritos acima: através de redes internacionais de produção e comércio integradas, da centralidade do dólar e dos títulos do Tesouro americano para os fluxos financeiros (e produtivos) globais, bem como a construção da infraestrutura institucional, jurídica e econômica de outros Estado nacionais de acordo com as determinações do Estado estadunidense, garantindo que o capital (estrangeiro ou doméstico) possa acumular sem restrições.

Segundo Panitch, a ascensão de grandes economias do "Sul global", que se acelerou com as crises financeiras, em particular a de 2008, fez aumentar ainda mais as responsabilidades 'imperiais' dos EUA (PANITCH, 2014). A criação do G20, como iniciativa do Tesouro americano no decorrer da crise nos Tigres Asiáticos nos anos 1990, evidenciou a necessidade (e habilidade) do Estado norte-americano de conter os danos e administrar as saídas das crises de forma integrada às demais economias. Para o autor, nem a China, nem a Rússia, jamais mostraram capacidade e interesse em assumir amplas responsabilidades na administração do capitalismo global, uma vez que isso requereria uma liberalização ainda maior de suas economias (Ibid., p. 98).

A financeirização global impulsionada pelos EUA envolveu uma nova divisão global do trabalho, com a transferência de parte da manufatura (hierarquicamente dividida) para países em desenvolvimento. O crescimento econômico da China e de outros países do Leste Asiático se deve fundamentalmente a essa expansão da

manufatura mundial, cujos atores centrais ainda são as corporações transnacionais estadunidenses. De acordo com Panitch e Gindin (2012), essa rede integrada de produção depende do mercado consumidor dos EUA (cujo crescimento e manutenção dependem, por sua vez, do endividamento das famílias), além do fluxo de investimentos emitidos pelos EUA através da expansão de suas empresas e dos fluxos recebidos de outros países para o mercado americano. Esses últimos criaram sistematicamente desafios à balança comercial e de pagamentos dos EUA, tensionando a capacidade do Estado americano de sustentar o capitalismo global e administrar as pressões domésticas (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 283)[11], que se expressa hoje de forma mais aguda com a chamada 'guerra comercial e tecnológica' impulsionada pela administração Trump.

Os autores sustentam que a ascensão da China é impulsionada pela entrada expressiva das grandes empresas estrangeiras e das principais estadunidenses em setores que são fonte de conhecimento e tecnologia, instalando-se em zonas econômicas especiais (PANITCH E GINDIN, 2013, p. 149-150). Assim, o capital estrangeiro migrou para a China por razões que vão além de baixos salários e infraestrutura: é especialmente a confiança que esse capital tem no Estado chinês enquanto protetor e garantidor de seus investimentos (Ibid.).

Evidencia-se, assim, a centralidade do Estado-nação, em particular o Estado norte-americano, para a construção e manutenção do capitalismo global, bem como a extensão da "internacionalização do Estado", com características peculiares dos EUA, nas cadeias globais de produção. Nesse sentido, a análise de Panitch e Gindin nos fornece uma ferramenta para analisar a ascensão de potenciais rivais, como a China, bem como as medidas (tensas e contraditórias) dos EUA para responder às pressões internas de sua sociedade (como a demanda por empregos manufatureiros) frente às suas crescentes responsabilidades internacionais. Com base nas análises de Robert Cox sobre hegemonia e de Leo Pantich sobre imperialismo, podemos concluir que estes conceitos não podem ser aplicados de forma mecânica, como se fossem estáticos. Eles precisam ser confrontados com a realidade concreta, que é dinâmica. O capitalismo se transforma e, com ele, os

[11] Um exemplo ilustrativo dessa rede integrada de produção e finanças está na multinacional Apple, que transferiu a maior parte de sua manufatura para a China, porém vende seus produtos com preços baseados no mercado de consumo americano. Assim, absorve altíssimas taxas de lucro mediante a exploração da força de trabalho na China, ao passo que gera um déficit comercial para os EUA (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 291).

conceitos de hegemonia e imperialismo se renovam na atual fase da mundialização capitalista.

5. Reflexões finais

Este artigo buscou apresentar o marxismo como teoria das Relações Internacionais através do debate acerca do Estado e sua internacionalização. Reconstituímos uma discussão original de teóricos críticos e marxistas nas Relações Internacionais, que é a noção de internacionalização do Estado e seus efeitos para os conceitos de hegemonia e imperialismo. Para isso, percorremos duas discussões prévias e basilares, que são as relações entre o Estado e a sociedade civil e as classes sociais, trazendo as reflexões fundamentais de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas sobre a natureza capitalista do Estado e seu papel na garantia do equilíbrio instável entre dominantes e dominados. Fez-se necessário trazer, de forma introdutória, algumas premissas metodológicas do pensamento de Marx, que embasam as discussões posteriores e são centrais para compreender as críticas às análises de cunho positivista nas teorias tradicionais das Relações Internacionais.

Assim, esperamos contribuir com o aprofundamento do debate teórico-crítico nas Relações Internacionais, que possam embasar novas agendas de pesquisa em Relações Internacionais. Os tempos atuais, em que visões confusas e vulgares sobre o “marxismo” e o “gramscianismo” reaparecem no mundo político nacional e internacional, nos exigem (enquanto intelectuais, professores, cidadãos) resgatar o pensamento crítico original destes autores para estimular o estudo e apoiar na formação de sujeitos políticos que atuarão por um mundo socialmente justo e politicamente democrático.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BUTTIGIEG, Joseph. Gramsci on Civil Society. *Boundary* 2 22, no. 3, 1995.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. *Millennium* - Journal of International Studies, vol. 10: 2, 1981.

COX, Robert W. *Production, power and world order*. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987.

COX, Robert: Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge University Press, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison's Notebooks***.** Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3, Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JESSOP, Bob. Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política,* v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. *Capital.* A critique of political economy. Volume 1. London: Pinguin Books, 1990 (Part Eight: So-called Primitive Accumulation).

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editoral, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e Marxismo*, v. 2, nr. 2, jan/jul, 2014.

PANITCH, Leo. Globalization and the state. *Socialist Register* 1994. Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5637

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004. London: Merlin Press.

PANITCH, Leo. Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 91-101, 2014

PANITCH, L; GINDIN, S. Superintending global capital. *New Left Review* 35, September-October 2005.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The integration of China into global capitalism. *International Critical Thought*, 2013, Vol. 3, No. 2, 146–158

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The Making of Global Capitalism*. The political economy of American empire. London, New York: Verso, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *State, power, socialism*. London, New York: Verso, 2000.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e da tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. (coleção Os Economistas).

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (coleção Os Economistas)

VAN DER PILJ, Keen. Transnational class formation and state forms. In: GILL; MITTELMAN (ed.): *Innovation and transformation in international studies*. Cambridge University Press, 1997.